

## **ORIENTAÇÃO PARA AS DIRETRIZES CURRICULARES DE GEOGRAFIA – PROPOSTA PRELIMINAR 1 (1º/9/2020)**

### **Coordenador**

Dr. Augusto César Pinheiro da Silva (PUC-Rio)

### **Equipe de consultores**

Dr. Daniel Abreu de Azevedo (UnB)

MSc. Fábio José da Silva Nascimento (Rede Estadual do Maranhão)

Dr. Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP)

MSc. Hilton Marcos Costa da Silva Júnior (UERJ)

Dr. Marcelo Alonso Morais (PUC-Rio / Colégio Pedro II / Escola Alemã Corcovado)

### **APRESENTAÇÃO**

Em consonância com as orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos Superiores (CS), aprovadas em 08/05/2019 a partir do Parecer CNE/CES Nº: 334/2019, a reestruturação dos cursos superiores (nível graduação) em Geografia aqui apresentada reforça a necessidade de ampliação do acesso ao mundo do trabalho pelos profissionais formados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, na atualidade.

Frente à baixa capacidade de inovação gerada em centros acadêmicos de ponta no país – em comparação a outros padrões semelhantes no mundo face às dinâmicas econômicas e ao escopo histórico-social – o parecer aprovado pelo colegiado do CES se justifica, dentre diversas condições, pela baixa atualização curricular, que é um importante componente para a inadequação dos cursos superiores do país às mudanças no mundo contemporâneo, tanto em relação à competitividade nos campos do trabalho formal em nível regional e nacional quanto à capacidade de modernização e de atração de novos investimentos de outras regiões do planeta.

A crítica aos atuais currículos superiores de graduação nas IES brasileiras impele o CNE a propor uma institucionalização curricular através do estabelecimento de parcerias entre as entidades educacionais, empresas, sociedade civil, autarquias de outros níveis de Governos. Tal institucionalização deverá reduzir a quantidade de vagas ociosas nos cursos de formação universitária, reforçando-se a aproximação dos estudantes dos ambientes profissionais de ponta, diversificados regionalmente e mais qualificados.

Sob essa lógica, a base formativa dos currículos de graduação em Geografia precisa ser repensada tanto no campo profissional dominado crescentemente por novas técnicas, tecnologias e modelos de gestão e governança territorial quanto em um mundo cuja pesquisa e docência precisam saber fazer, planejar, executar e gerenciar dinâmicas socioespaciais pautadas pela complexidade das diversas linguagens e pelas redes e novas tecnologias de comunicação. Tal reflexão está baseada nas duas habilitações correntes dos cursos superiores de Geografia: a de geógrafo e de licenciado.

Todavia, no contexto das mudanças e intencionalidades apresentadas, amplia-se o escopo para o campo de trabalho do estudante de Geografia: o de tecnólogo superior. A proposta para este perfil profissional está em consonância com o mundo do trabalho da atualidade e pode ser estimulado pela pluralidade de grades curriculares de Geografia cursadas pelo país, respeitando-se os perfis e identidades regionais existentes. Neste documento, entende-se o formado em bacharel em Geografia como o profissional acadêmico que detém a rede de conhecimentos teórico-conceituais, temáticos, tecnológicos e administrativos do/sobre o espaço geográfico, enquanto os formados em tecnólogos superiores como os especialistas em áreas específicas da Geografia voltadas para a expertise de um trabalho interdisciplinar, como parte de um todo sistêmico e multiescalar.

Como será explicitado mais adiante, as três formações superiores aqui propostas deverão ser intensamente focadas nos âmbitos da pesquisa (em laboratórios, empresas, autarquias, escolas), capacidade de gestão para a resolução de problemas e competência técnico-científica aplicada ao ensino, pesquisa e extensão. Defende-se que tal redirecionamento curricular ampliará a capacidade de as atuais vagas ociosas em cursos de Geografia serem preenchidas e disputadas com maior amplitude social e maior possibilidade de aplicação, principalmente em um momento em que se consolidam as instituições de EaD e o modelo de ensino *online* através das várias plataformas disponíveis.

## **BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DAS ORIENTAÇÕES**

As DCNs no Brasil são um instrumento oficial de direcionamento dos cursos de formação inicial e continuada de discentes de cursos básicos e superiores dos sistemas educativos federal, estadual e municipal do país. Tal instrumento direciona trajetórias curriculares para a educação básica, acadêmica e profissional, desde a consolidação, no sistema nacional de ensino, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, o que possibilita a elaboração de currículos e conteúdos estruturantes para os cursos de graduação oferecidos por universidades e centros universitários e profissionalizantes, garantindo uma formação comum e continuada para ampla gama de discentes presente nos ambientes educativos brasileiros. As diretrizes visam também sistematizar tais cursos, que crescem nacionalmente, se consolidam e são regularmente avaliados pelos instrumentos oficiais consolidados ao longo das últimas décadas.

Além dessa importante função no âmbito educacional brasileiro, as DCNs fomentam a proposição de políticas públicas no setor, possibilitando a execução e avaliação de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) diversos, e a normatização dos princípios do campo da Educação no país. Afim de que sejam garantidos aos cidadãos ambientes de aprendizagem focados na formação cidadã e atualização profissional constante, questões referentes à diversidade social do país, suas identidades territoriais e diferenças regionais precisam ser consideradas na definição das DCNs. Sendo assim, os profissionais que lidam com tal reformulação necessitam de uma ampla participação comunitária para que as futuras definições de planos curriculares assegurem a autonomia das propostas pedagógicas, acadêmicas e técnico-profissionais nos diversificados ambientes educacionais do Brasil.

Nesse contexto e frente à intensidade de mudança da realidade e do conhecimento do/sobre o mundo (cada vez mais rápida e complexa), revisões, reestruturações e revalidações das DCNs

são fundamentais para que as metas e os objetivos desse instrumento se mantenham como etapa estruturante na definição de processos educativos, formativos e profissionais expressivos para cada campo do saber em múltiplos níveis, e conectados às demandas da sociedade brasileira.

### **O campo da Geografia: reflexões teórico-conceituais na estruturação das DCNs**

A estrutura das DCNs, como apresentada na seção anterior, deve ser ampla no que tange à necessidade de respeito às diferenças (grupos sociais, perfis profissionais, escalas espaciais), acolhidas pela legislação em curso, tornando o instrumento mais democrático e abrangente socialmente. Mesmo assim, as DCNs necessitam, em um segundo momento, contemplar as especificidades de cada etapa do ensino, seus níveis de formação e os seus meios de profissionalização, para que os discentes, nas diferentes etapas da educação regular, possam ser protagonistas da sua formação como cidadãos, compreendendo o mundo e sendo responsáveis pela implementação das suas estratégias de vida em sociedade.

Nesse contexto, apresentar uma proposta de direcionamento de linha teórico-conceitual é um exercício intelectual desafiador, mas, ao mesmo tempo, necessário para a construção de um documento curricular disseminador de novas diretrizes educacionais no país. Estabelecer a linha teórico-conceitual para as diretrizes é criar um “fio condutor” para todas as etapas do referido documento.

Essa discussão angaria particular complexidade na Geografia, quando assumimos que estamos diante de um campo científico que, historicamente, se estruturou de maneira epistemologicamente bipolarizada. Estamos diante de uma conformação epistemológica *sui generis* responsável pelo estabelecimento de tensões e forças dissonantes, mas que, simultaneamente, reflete uma natureza plural que revela uma potencialidade que lhe faz única.

Sendo assim, a Geografia, como qualquer outra ciência, está em constante renovação dos seus objetos de análise, objetivos e suas metodologias de investigação científica. Em parecer aprovado no ano de 2001 (CNE/CES 492/2001), a reflexão sobre essa ciência valorizou a sua posição como aquela que buscava conhecer e explicar as múltiplas interações entre sociedade e natureza. Oriundas de um processo histórico da disciplina, tais interações se configuraram, ainda hoje, como a identidade profissional dos geógrafos e também o modo, através do qual, a sociedade, em geral, compreende o papel dos profissionais da área. Longe de abandonar tal tradição, cabe neste texto trazer novas diretrizes, respeitando a complexidade epistemológica da Geografia.

Historicamente compartimentada em Geografia Física e Geografia Humana, a ciência geográfica buscou nessa relação o seu objeto principal, mesmo quando lidava com temas unicamente relacionados às interações natureza-sociedade. Mudando-se tal racionalidade, a análise do espaço geográfico sob a perspectiva do pensamento complexo redefine as interações dos objetos da Geografia, que não se restringirão à interação mostrada anteriormente nem se reduzirão à abordagem de que o campo do saber da Geografia a caracteriza como uma ciência-síntese das demais. A discussão contemporânea sobre meio ambiente, sobretudo, ajudou a implodir essa compartimentação do real, demonstrando que as análises restritas aos temas sociais e/ou da natureza (sozinhas ou em interação) como realidades distintas foi um intento moderno que não condiz mais com a realidade do mundo atual.

Não se pode atribuir uma causalidade simples como algo absoluto e formatador da totalidade dos fenômenos, já que a economia, a técnica, a divisão em classes sociais, a degradação ambiental, os domínios clima-botânicos, os processos de produção e outros assuntos da Geografia são insuficientes para, sozinhos, possibilitarem a interpretação atual e competente do mundo, pois se ignoram as discussões teóricas explicativas das demais ciências nutridas pelas inter-relações entre os variados campos do saber.

Assim sendo, as transformações epistemológicas no campo do conhecimento geográfico vêm colocando desafios para a manutenção dessa identidade científica única, propondo-se, assim, considerar a Geografia, neste documento, como a ciência que busca interpretar e analisar os diferentes arranjos espaciais em suas diferentes escalas e localizações, e partir dos princípios do pensamento geográfico, sejam esses arranjos de origem natural, social ou ainda fortemente imbricados entre essas duas categorias analíticas que não podem ser vistas de forma estanque. O panorama acerca da exposição da linha teórico-conceitual da ciência geográfica se torna ainda mais imprescindível ao agregar uma natureza epistemológica plural e transdisciplinar. Vale destacar que esses desafios não nos enfraquecem como campo de conhecimento científico mas, muito pelo contrário, são testemunhos de como a Geografia se mantém viva e atenta sobre a definição de seu campo de atuação e das possibilidades de aberturas interdisciplinares.

Reforça-se a perspectiva dos arranjos espaciais como forma através da qual os processos espaciais se concretizam, ou seja, a expressão do modo como a localização e a escala se manifestam, impondo uma lógica espacial. São esses arranjos que possibilitam o início de uma pesquisa e de sua redação, a partir da compreensão da ordenação e dinâmica das coisas, pessoas e fenômenos, orientados segundo um plano de dispersão sobre o/no espaço. Sob esse entendimento, compreender tais arranjos promove uma operacionalização intelectual que marca a identidade da ciência Geografia, reunindo a disposição física das coisas e as práticas sociais multiescalares em um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações do espaço geográfico.

Portanto, nas atuais reflexões do campo científico da Geografia, assume-se que a despeito de um polo que a analisa pelos aspectos físico-ambientais e outro pelos fatores sociais (pesquisa sócio-espacial), há uma interseção que necessita de análises desses dois polos como a Ecologia Política, a Geografia Ambiental, a Geopolítica, a Geomorfologia Urbana, o Planejamento e a Gestão do Território, os Estudos da Paisagem, tornando a atuação do geógrafo como pesquisador, professor e técnico superior mais complexa.

Desse modo, respeitamos a complexidade da perspectiva espacial e defendemos a tese de que a Geografia é uma forma original de pensar e que, cientificamente, arvorou-se com a definição de métodos e limites das suas validades. A Geografia reúne tradições considerando-se os estudos sobre os princípios que regem historicamente o seu raciocínio como as categorias tamanho, densidade, escala, conexão, localização, posição, distribuição, extensão, diferenciação, analogia. Dessas categorias, o geógrafo se utiliza das novas tecnologias como recursos para a análise espacial, levando em consideração a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas local e global, que afetam profundamente o cotidiano em diversas escalas. Tal movimento impõe à Geografia a definição de caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar a realidade dinâmica e complexa do mundo atual.

Defende-se, portanto, que as DCNs em Geografia tragam o debate contemporâneo da complexidade nos seus arranjos espaciais, identificando sujeitos e objetos de pesquisa não mais como distintos, mas em relação de construção mútua com outros saberes, o que, ao final, valorizará o profissional da Geografia na área acadêmica e universitária, no ensino básico e profissional, e também no fazer técnico.

## **OS PROFISSIONAIS DA GEOGRAFIA: O BACHAREL / O LICENCIADO / O TECNÓLOGO**

A proposta de reformulação das diretrizes curriculares nacionais para os cursos superiores de Geografia precisa ser adaptada às nuances do mundo profissional na atualidade, em múltiplos níveis e com vieses diversos. Tal enfoque é proposto com a intencionalidade de que essa ciência continue a ser atrativa para os estudantes do ensino regular, que buscam se qualificar através dos cursos de graduação em Geografia oferecidos nas mais variadas universidades e instituições de ensino superior no Brasil.

A formação de geógrafos / licenciados em Geografia para o ensino básico no Brasil dá-se, atualmente, através de duas habilitações (bacharelado e licenciatura) ofertadas por Instituições de Ensino Superior (IES) no território nacional e oficializadas por legislações específicas do Ministério da Educação (MEC).

Os cursos de graduação em Geografia possuem perfis próprios e autônomos em suas grades curriculares, e uma ou as duas habilitações são oferecidas para os alunos aprovados em processos seletivos de IES oficiais cujas naturezas diferenciadas estão de acordo com o seu perfil na legislação sobre o ensino superior no país.

Por serem formações acadêmicas específicas e com suas identidades definidas pela legislação vigente, é de fundamental importância a sua atualização para as perspectivas da pesquisa e do ensino no âmbito profissional nacional. Tal necessidade se ancora na crise paradigmática dos valores, percepções e pensamentos da Ciência tradicional, que gerou outras demandas e questões sobre a formação acadêmica no Brasil, debate que se tornou mais visível na sociedade nacional, a partir dos anos de 1990.

As mudanças técnico-científicas e informacionais das últimas décadas ampliaram o espectro de possibilidades para resolução de dinâmicas sócio-espaciais, além do que a sociedade brasileira passou a vislumbrar a emergência de resolução de questões com forte rebatimento na Geografia. A educação básica, também afetada pelas transformações paradigmáticas do saber, passou a necessitar de outros profissionais, mais capacitados para atividades multidisciplinares e em rede, que ampliassem as habilidades e competências a serem desenvolvidas para crianças e jovens nos segmentos formativos nos níveis de escolaridade básica e técnica.

Assim sendo, saberes fragmentados pelo tradicionalismo metodológico da Ciência moderna passaram a buscar caminhos de reconexão - na e para além das universidades - com saberes não reconhecidos pela comunidade acadêmica mais tradicional, com vistas à resolução de problemas cotidianos de naturezas diversas. Novos paradigmas passaram a ser considerados pela Ciência brasileira, também no escopo metodológico e teórico, e o tradicional, não mais

hegemônico nas universidades, viu-se inundado pelo contemporâneo pós / hipermoderno, o clássico pelo *ecosófico* e o moderno pela complexidade.

Neste contexto de transformações dos eixos do conhecimento entre os séculos XX e XXI no país, as dinâmicas profissionais na contemporaneidade do início do atual século foram afetadas de maneira contundente. As concepções de uma sociedade em rede multiescalar em que as universidades são mais um dos nós trouxeram um ambiente de complexidade que adentrou as bases teórico-conceituais de áreas específicas, os laboratórios de investigação, as salas de aula em múltiplos níveis e o próprio currículo formador dos profissionais em ambientes diversos. É sob tais lógicas que se busca repensar a formação dos profissionais da Geografia na atualidade, em nível superior, por IES em todo Brasil.

No período dos paradigmas modernos havia uma compreensão, mesmo contraditória e não hegemônica, de que bacharéis deveriam ser formados para fazer pesquisa no mundo do trabalho duro e licenciados seriam destinados a reproduzir, em suas escalas de ação profissional – ambientes escolares e afins- a pesquisa realizada pelos bacharéis; todavia, em um contexto de complexidade as formações profissionais e funções sociais passam a ser adensadas e reestruturadas, já que a dicotomia pesquisa-ensino necessita ser reorganizada para o enfrentamento das questões locais/nacionais/globais que se apresentam cotidianamente e das quais a Geografia não pode prescindir.

Sob os paradigmas atuais, não há mais como conceber um geógrafo que não comunique socialmente a sua pesquisa nem um licenciado que não pesquise sobre o seu ato profissional, em seus sentidos mais amplos. Assim, a dicotomia criada hodiernamente entre os profissionais de Geografia formados em IES brasileiras precisa ser vencida institucionalmente, mesmo que cada habilitado mantenha a sua identidade no mundo do trabalho, com funções bem definidas que não deixem margens para interpretações equivocadas sobre as suas funções no mundo do trabalho. Pesquisar os arranjos espaciais, seus temas e processos multiescalares, metodologias de investigação e técnicas avançadas ligadas às novas tecnologias e saber lecioná-los nos mais diferentes ambientes formativos como universidades, centros de pesquisa, autarquias, empresas privadas e públicas, organizações sociais, escolas básicas e técnicas (sendo essas escolas campos de excelência para pesquisas cotidianas de licenciados diversos) redimensionará o papel profissional dos formados em Geografia através de currículos acadêmicos oficiais nas habilitações vigentes. Espera-se assim reconectar saberes complexos e interdependentes por natureza, e que foram desassociados por uma divisão social do trabalho profissional (bacharéis / licenciados) que não mais corresponde às dinâmicas sócio-espaciais de um mundo mais complexo.

Ainda sob essa perspectiva de reformulação dos currículos de ensino superior no Brasil, em muitas áreas, em função das novas dinâmicas do mundo profissional, outra formação superior emerge para proporcionar a conexão dos currículos de graduação em Geografia com o mundo do trabalho: a graduação em tecnólogo. Como parte da educação profissional legislada pelo MEC, tal formação se apresentará aos alunos cursantes de um currículo de Geografia como mais uma habilitação do curso de graduação e, diferente das outras duas, a graduação em tecnólogo será focada no ambiente profissional de áreas previamente definidas pelas expertises das IES interessadas e do Projeto Político Pedagógico do curso envolvido.

Sem competirem nos nichos profissionais do bacharel em Geografia e do licenciado, os alunos formados em tecnólogos, a partir do currículo do curso de graduação em Geografia,

terão "formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos" (BRASIL, 2007, p. 30). Tal foco em competências nas áreas tecnológicas definidas pelos currículos de graduação em Geografia das diferentes IES brasileiras formará um profissional especializado e interdisciplinar para atender demandas de nichos específicos no mundo do trabalho.

Nesse sentido e observando a natureza dos eixos de cursos superiores de tecnólogos vigentes no Brasil desde 2006, os cursos de graduação em Geografia, pelo perfil dos núcleos de formação profissional apresentados nos currículos das IES oficiais, podem propor perfis profissionais em várias especialidades, ampliando o escopo de profissionalização dos seus discentes. Com cargas horárias próximas às exigidas para a formação de bacharéis, lembra-se, todavia, que parte expressiva delas são realizadas em laboratórios específicos e em estágios direcionados diretamente às práticas profissionais do futuro especialista com curso superior.

Apresenta-se, a seguir, em linhas gerais, os perfis discentes estruturantes dos profissionais a serem formados por currículos de graduação de Geografia, nas IES brasileiras.

### **Bacharelado em Geografia (legislação em vigor: mínimo de 2.300h)**

O geógrafo formado pelo curso de Bacharelado em Geografia estará habilitado para desenvolver atividades de pesquisa, gestão e consultoria tendo como base do conhecimento:

a) *a compreensão dos elementos e processos concernentes às categorias e aos conceitos dessa ciência, através dos seus fundamentos epistemológicos, filosóficos, teóricos, metodológicos e temáticos, a fim de que sejam conscientes das forças e ações que atuam, espacialmente, na construção da totalidade;*

b) *a análise e a identificação das dinâmicas do ordenamento espacial e planejamento territorial, considerando-se o arranjo espacial e a escala adotados, e o seu diálogo com outras escalas, a partir de reconhecimentos, levantamentos, estudos e investigações de caráter socioespacial, ecológico, físico-ambiental, antropogeográfico e ferramental-tecnológico realizados nos campos de atuação que se fizerem necessários;*

c) *a capacidade de implementação de estudos diagnósticos e prognósticos que examinem e orientem a ocupação / uso do espaço, em múltiplas escalas e que deem suporte a ações concretas de agentes públicos e privados diversos. Neste âmbito, espera-se que um profissional geógrafo seja competente para avaliar [1] a distribuição das atividades econômicas no espaço e suas implicações; [2] as arquiteturas político-institucionais de gestão dos territórios; [3] os riscos, vulnerabilidades e possibilidades da ordenação do espaço geográfico; [4] a compreensão das relações socioambientais, em suas múltiplas dimensões (cultural, política, econômica, ambiental, etc.) que mobilizam, transformam e produzem o espaço; e [5] a capacidade de geração de dados, mapas e demais representações gráficas voltadas para a compreensão de processos naturais e sociais;*

d) *o domínio das tecnologias digitais e sistemas de representações cartográficas com vistas ao reconhecimento das dinâmicas espaciais, afim de que sejam estabelecidos diálogos com a sociedade civil, o Estado e demais instituições/organizações, garantindo a comunicação, importância e reconhecimento dos saberes produzidos;*

e) o reconhecimento, através da pesquisa científica realizada em níveis lato e stricto sensu, da importância da formação continuada para a ampliação do domínio dos métodos de investigação desenvolvidos na graduação e os diálogos possíveis com outros campos do conhecimento científico.

### **Licenciatura em Geografia (legislação em vigor: mínimo de 3.200h)**

O Licenciado em Geografia ministrará aulas de Geografia nas séries finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Também estará habilitado para realizar assessoria pedagógica na área de Geografia e capacitado para ministrar cursos de curta duração em temas pertinentes às áreas de estudos ligadas à Educação, Pedagogia e Ensino de Geografia. Além dos tópicos a), d) e e) da formação do bacharel em Geografia apontado acima, o professor licenciado deverá ser capaz de assumir responsabilidades profissionais, que contemplem:

a) *as atividades de ensino*, que estimulem [1] a confecção de aulas com materiais didáticos que impulsionem a reflexão e inovação acerca da agenda temática curricular; [2] o uso de tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem como recursos facilitadores e potencializadores do conhecimento; [3] o estabelecimento de metodologias que incentivem conexões com as demais disciplinas escolares através de atividades multidisciplinares, por exemplo, reconhecendo-as como parceiras da Geografia para uma formação mais ampla e holística dos discentes.

b) *as atividades de pesquisa*, que compreendam [1] a reflexão investigativa acerca da prática profissional docente, seus conteúdos e o seu papel no mundo do trabalho escolar; [2] a produção e elaboração de atividades de ensino (metodologias de ensino-aprendizagem, materiais didáticos, modelos de avaliação, entre outros) e [3] as dinâmicas da própria formação continuada através dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

c) *as atividades de extensão*, que estimulem [1] ações concretas de interação social do licenciado e seu espaço escolar com a comunidade na qual estão inseridos; [2] a fomentação de práticas de Educação geográfica junto às famílias dos alunos e comunidades do entorno escolar, o que expandirá a sua formação como aporte teórico-metodológico problematizador, ampliando as suas responsabilidades de intervir na realidade do mundo através da expansão de um ensino de Geografia inclusivo, colaborativo e sensível às diferenças e desigualdades existentes.

### **Tecnólogo (com base nos currículos de Geografia) (Base do Cadastro Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, CNE, 2006. Entre 1.600h e 2.400h)**

O profissional tecnólogo deverá perfilar um claro percurso interdisciplinar, notadamente em um contexto de prática profissional que englobe a produção e a inovação científico-tecnológica e a gestão de processos de produção de bens e serviços. Após a sua qualificação no ensino superior, o profissional tecnólogo deverá ser capaz de compreender a pesquisa acadêmica, em nível de pós-graduação (*lato e/ou stricto sensu*), como um itinerário formativo continuado para o seu aperfeiçoamento no mundo do trabalho, onde a pesquisa em tecnologia associada ao desenvolvimento de materiais e métodos possa ser uma das suas competências mais criativas. Cada curso de graduação em Geografia terá autonomia para definir, caso haja



interesse institucional dos corpos gestor, docente e discente, os cursos superiores em tecnólogo em suas grades curriculares, de acordo com a legislação em vigor.

Reforça-se que a formação superior de um tecnólogo a partir de um currículo de graduação em Geografia estruture o seu mundo profissional com base nas teorias e metodologias do saber/fazer geográfico, afim de que sua prática no mundo do trabalho seja realizada a partir de uma dimensão mais complexa, transdisciplinar e direcionada para o entendimento das categorias na Geografia. Tal condição proporcionará a esse tecnólogo o reconhecimento do mundo e suas dinâmicas de maneira competente, criativa e inovadora para a resolução dos problemas da sociedade atual.

## **ORIENTAÇÕES PARA AS DIRETRIZES CURRICULARES DE GEOGRAFIA**

### **a) Perfil dos egressos**

Em um curso superior de Geografia, os recém-formados deverão estar capacitados a compreender o mundo de forma plural, multiescalar e com forte teor humanista. O perfil esperado é o de habilitar os egressos a desenvolverem práticas profissionais baseadas na compreensão e no respeito às diferenças socioespaciais, étnicas, culturais, político-ideológicas, religiosas e imbuída por uma clara concepção de sustentabilidade da natureza focada no equilíbrio ambiental. Além da sua formação humanista, os futuros profissionais de Geografia deverão ter significativo discernimento sobre as dinâmicas interdisciplinares do mundo compreendido como um sistema de objetos e de ações, habilitando-os a compreender a complexidade da formação do espaço geográfico e suas nuances temático-conceituais. Tal compreensão mediada pelas técnicas e tecnologias de representação espacial serão contextualizadas escalarmente e de forma criativa e reflexiva em múltiplos aspectos, tornando os egressos aptos para lidarem com as investigações e pesquisas complexas realizadas nos mais variados ambientes públicos e privados.

### **b) Competências esperadas**

A estrutura curricular dos cursos de bacharel e de licenciatura em Geografia deve considerar as competências como a autonomização discente para a mobilização de habilidades, conhecimentos e valores que proporcionem a resolução de situações-problema do mundo do trabalho e da vida cotidiana. Nessa direção, os currículos das IES devem se organizar com base em uma fundamentação teórico-metodológica que permita aos discentes o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens essenciais a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sendo assim, propomos cinco competências gerais que devem nortear as estruturas curriculares dos cursos de graduação em Geografia

**Competência 1:** Utilizar instrumentos digitais de informação e comunicação para a interpretação e explicação de fatos e fenômenos geográficos que auxiliem na resolução dos problemas e dinâmicas espaciais, na definição de pesquisas, investigações e atividades profissionais em campos diversos.

**Competência 2:** Investigar situações-problema com o intuito de elaborar e testar hipóteses de investigação, formular políticas públicas e resolver problemas de interpretação da realidade com base em conhecimentos transdisciplinares em múltiplas escalas.

**Competência 3:** Diversificar as diferentes linguagens – escrita, verbal (oral ou visual-motora, como Libras), visual, sonora, digital, artística e matemática – como instrumentais para o conhecimento e reconhecimento competente do mundo, através das suas especificidades técnicas e científicas.

**Competência 4:** Produzir conhecimentos geográficos que possibilitem a realização de atividades diversas no mundo do trabalho, a partir de ações público-estatais, privadas e da sociedade civil, priorizando-se o exercício da cidadania e da responsabilidade ambiental.

**Competência 5:** Desenvolver a capacidade argumentativa com base em fatos, dados e informações científicas que ampliem a clareza de formulação e negociação de ideias, pontos de vista e decisões para a definição de estratégias espaciais voltadas para a resolução e/ou superação de conflitos.

### **c) Organização do curso de graduação**

Considerando o currículo um fator chave para a atração e permanência de discentes em cursos de Geografia, é pertinente tornar a sua organização mais flexível, complexa e interdisciplinar como forma de aumentar a qualificação de sua inserção no mundo da pesquisa e do trabalho, com base: a) nas demandas regionais variadas pelas diferenças de dimensões continentais; b) do orçamento de IES para realizar investimentos em laboratórios, salas de aula, contratação de pessoal, etc; c) das parcerias com ambientes além muros institucionais que permitam conhecer diferentes áreas de atuação.

Assim sendo, busca-se um currículo cuja organização de disciplinas seja baseada em uma divisão entre 06 (seis) núcleos estruturantes para os currículos de graduação em Geografia, a saber:

- a) Núcleo Comum (Obrigatório para as três habilitações)
- b) Núcleo de Disciplinas Eletivas / Optativas (Obrigatório para as três habilitações)
- c) Núcleo Pedagógico (Obrigatório para as Licenciaturas; Eletivas / Optativas para as duas outras habilitações)
- d) Núcleo Interdisciplinar (Obrigatório para as três habilitações)
- e) Núcleo de Atividades Curriculares Complementares (Obrigatório para as três habilitações, de acordo com a legislação vigente)

Para cada uma das três habilitações propostas por essas orientações, estipulou-se um percentual mínimo de disciplinas que comporão os núcleos curriculares, sendo assim distribuídos:

### **BACHARELADO EM GEOGRAFIA (Legislação em vigor: mínimo de 2.300h)**

- a) Núcleo Comum: 40%
- b) Núcleo de Eletivas / Optativas: 20%
- c) Núcleo Interdisciplinar: 30%
- d) Núcleo de Atividades Curriculares Complementares (ACC): 10% (Com base no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar ao discente a integração com a comunidade através das ACC, entendidas como enriquecedoras e implementadoras do perfil específico do formando)

## **LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (Legislação em vigor: mínimo de 3.200h)**

- a) Núcleo Comum: 40%
- b) Núcleo de Eletivas / Optativas: 10%
- c) Núcleo Pedagógico: 30%
- d) Núcleo Interdisciplinar: 10%
- e) Núcleo de Atividades Curriculares Complementares (ACC): 10% (Com base no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar ao discente a integração com a comunidade através das ACC, entendidas como enriquecedoras e implementadoras do perfil específico do formando)

## **TECNÓLOGO (a partir das grades curriculares de Geografia) ((Base do Cadastro Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, CNE, 2006. Entre 1.600h e 2.400h)**

- a) Núcleo Comum: 30%
- b) Núcleo de Eletivas / Optativas: 30%
- c) Núcleo Interdisciplinar: 30%
- d) Núcleo de Atividades Curriculares Complementares (ACC): 10% (Com base no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar ao discente a integração com a comunidade através das ACC, entendidas como enriquecedoras e implementadoras do perfil específico do formando)

### **d) Avaliação das atividades**

A ampliação das atividades práticas e adição de novas formas de avaliação devem ser priorizadas em um momento em que competências e habilidades estão sendo exigidas na sociedade para a resolução de problemas complexos e realizados em redes. Nesse sentido, as avaliações devem ser contínuas, criativas, teóricas e práticas, levando-se em consideração a natureza laboratorial do curso e das dinâmicas profissionais que envolvem a prática futura dos egressos no mundo do trabalho. Espera-se assim que as avaliações sejam pautadas em diversos graus de dialogia em que docente, discente e o mundo social via práticas diversas possam partilhar resultados efetivamente originais, criativos e inovadores. Os modelos avaliativos devem ser os mais diversos, valorizando a regularidade de estratégias como os trabalhos de iniciação científica, os projetos multidisciplinares e transdisciplinares, as visitas técnicas, os trabalhos em equipe, o desenvolvimento de protótipos, as monitorias, a participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras.

Nesse sentido, o processo avaliativo passa a ser diversificado e adequado às etapas formativas dos discentes e às atividades diversas do curso, distinguindo o desempenho entre atividades teóricas, práticas, laboratoriais e profissionais com foco também na pesquisa, extensão e auto avaliação, este último pautado em uma lógica de autonomização dos discentes para a maturação nos ambientes de pesquisa, ensino e extensão da IES e na condição de profissional de Geografia como egresso do ambiente acadêmico.

As atividades avaliativas continuarão entre dois (02) e cinco (05) anos após a colação de grau do discente que, como egresso, deverá ser acompanhado por mecanismo institucional capaz de atualizá-lo a partir de dinâmicas de formação continuada, ao mesmo tempo em que acompanha a trajetória profissional dos mesmos com vistas a reinseri-lo no ambiente

acadêmico pelos processos de formação continuada, como cursos de atualização e de pós-graduação.

#### **d) Corpo docente**

Para que se referende uma nova base curricular voltada para o estabelecimento, a manutenção e a capacidade de renovação constante da organização acadêmico-institucional e profissional de um curso de graduação em Geografia à luz das orientações previstas no Parecer CNE/CES Nº: 334/2019 espera-se a composição de um quadro docente capaz de compreender, interpretar e resignificar o papel da Geografia em múltiplas escalas. Nesse sentido, as orientações sinalizam a necessária estruturação de um quadro docente no curso que seja composto por profissionais qualificados no âmbito acadêmico, profissional e da docência, com notória competência na área e com referendado reconhecimento da comunidade acadêmica e para além dos muros da academia.

Nesse sentido, a consciência de um corpo docente que compreenda a existência de uma “epistemologia da prática profissional” se faz necessária, para que tal corpo aclare, no âmbito do seu exercício profissional no magistério superior, a relação entre os saberes universitários, comunitários e profissionais, seja na formação do bacharelado, do licenciando e do tecnólogo.

Ao habilitarem os três diferentes tipos de profissionais da Geografia, os docentes do curso devem levar em consideração não apenas a matriz técnica e científica para a qualificação discente, mas também como esses indivíduos podem ser capazes de se aproximar das rotinas e culturas profissionais em voga, em uma perspectiva de que tais alunos devem ser preparados para dar contas dos intrincados problemas espaciais do mundo, nas suas escalas de anúncio.

Em vista disso, o quadro docente do curso necessita resguardar o sentido de conhecimento para a licenciatura, o bacharelado e o tecnólogo em uma composição intrincada de relações formativas que vá além da cultura do ‘aulismo’, incorporando um amálgama que englobe nos três tipos de habilitados a ideia de que são interdependentes e originados de uma mesma linha formativa, apesar das singularidades que cada um deverá possuir no seu processo de identidade acadêmico-profissional.

Por fim, que as instituições criem programas de formação e qualificação dos seus corpos docentes articulando-os às competências esperadas para os egressos e suas qualidades atribuídas na formação geral, como a cidadania, autonomia e busca de inovação na atualização profissional dos discentes. E para além das capacidades de investigação científica e da didática na docência e na extensão, que tais profissionais ocupem com competência as funções administrativas na gestão acadêmica, na organização curricular dos cursos e na reflexão do Projeto Pedagógico e institucional da IES onde atuará.

#### **e) Disposições finais e transitórias**

A implantação e o desenvolvimento das Diretrizes Curriculares Nacionais devem ser acompanhados, monitorados e avaliados pelas IES, bem como nos processos externos de avaliação e regulação conduzidos pelo Ministério da Educação, visando o aperfeiçoamento curricular contínuo.

Assim sendo, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deve definir um novo instrumento de avaliação dos cursos em conformidade com esta Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução. As futuras DCNs devem indicar o prazo de transição para sua implantação, bem como os direitos dos discentes em relação às anteriores. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ANDRADE, A. B. Cursos superiores de tecnologia: um estudo de sua demanda sob a ótica dos estudantes. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. (2002b). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002> Acesso em 02 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional e tecnológica: legislação básica - nível superior. 7. ed. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. Serpro. Ministério da educação lança catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia. (2006b). Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/>. Acesso em: 02 maio 2020.

CACHINHO, H. Desafios da Formação em Geografia e na Educação Geográfica, Conhecimento Poderoso e Conceitos Liminares. Revista Educação Geográfica em Foco, [S.l.], v. 3, n. 6, oct. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1148>>. Acesso em: 07 mai.2020.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia. Conceitos e temas. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 1.

CAVALCANTI, L. S. O lugar como espacialidade na formação do professor de Geografia. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 1, p. 1-18, 2011.

CIVALSCI, E. L. Cursos superiores de graduação tecnológica: estigma discriminatório? 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CLAVAL, P. Do Olhar do Geógrafo à Geografia Como Estudo do Olhar dos Outros. Conferência Proferida no IV Simpósio Nacional Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ. Outubro de 2004. (Texto inédito).

CONFEA. Lei 6.664, de 1979, para a compreensão da lógica institucional da regulamentação da profissão de Geógrafo. Endereço eletrônico:<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=6>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CORRÊA. L. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

GIDDENS, A. Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, P. C. C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 306p.

\_\_\_\_\_. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: FIORAVANTE, Karina; ROGALSKY, Sergio. (Org.). Geografia e Epistemologia. 1ed. Ponta Grossa: BICEN/UEPG, 2010, v. 1, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). 4ª ed. Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 13-42.

\_\_\_\_\_. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HABERMAS, J. Globalism, Ideology and Traditions. Interview with Jurgen Habermas. SAGE Journals, Vol 63, Edição 1, 2000. 1-10.

HAESBAERT, R. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011. p.1-15. Disponível em <[http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da\\_multiterritorialidade\\_aos\\_novos\\_muros.pdf](http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da_multiterritorialidade_aos_novos_muros.pdf)>. Acesso em 02 abr. 2020.

LIMA FILHO, D. L. Universidades tecnológicas e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e rupturas. In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed. 2010.

MACHADO, L. R. O profissional tecnólogo e sua formação. [S.l.: s.n.], 2006.

\_\_\_\_\_. O profissional tecnólogo e sua formação. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

MAFFESOLI, M. O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007, 223 p.

MASSEY, D. B. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 314p.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394, de 1996, modificada em 2017). Endereço eletrônico: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 14 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf> Acesso: 14. Mai 2020.

\_\_\_\_\_. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2006. 178p.

MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, Contexto, São Paulo. 2007.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000. Título original: Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur.

\_\_\_\_\_. O método 4. As ideias. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2001. Título original: La Méthode, (t.4), Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation.

- NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. Educação geográfica e formação da consciência espacial cidadã no ensino fundamental: sujeitos, saberes e práticas. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre, 2009a.
- NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. (Palestra proferida em São Paulo, a convite do Sinpro-SP, em 2008). Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-46.
- ROSS, J. Geografia e as transformações da natureza: relação sociedade-natureza. Anais... Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos).
- SILVA, A. C. P. A Prática de Ensino de Geografia como Instrumentalizadora de Professores e Alunos Autônomos: um exercício de educação geográfica para a docência latino americana. Madri/Espanha. Didáticas Específicas, v. 1, p. 1-19, 2009.
- SILVA JUNIOR, H. M. C. O currículo praticado no Ensino Médio de Geografia do CAP-UF RJ (1993-2014): um híbrido de práticas curriculares diferenciadas e práticas curriculares reguladas. Perspectivas em Educação Básica, v. 3, p. 164-178, 2019.
- SOUZA, M. A. Conexões Geográficas, um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. Revista do IEA, São Paulo, 1991.
- SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319p
- TARDIF, M. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. ANPED, São Paulo, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000.
- \_\_\_\_\_. Saberes docentes e formação profissional. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VASCONCELLOS, M. J. E. de. Pensamento Sistêmico - O Novo Paradigma da Ciência. SP, Campinas: Papirus, 2006.
- VITTE, A.C. Contribuições à história e à epistemologia da geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.